



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638686 - MG (2021/0001533-8)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : LEONARDO PONTES DE BRITO  
**ADVOGADO** : LEONARDO PONTES DE BRITO - MG158242  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : CRISTIANO GIL ROBERTO DOS SANTOS (PRESO)  
**CORRÉU** : WARLEY PEREIRA FELIX  
**CORRÉU** : JOHNY VINICIUS ANDRADE EGIDIO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CRISTIANO GIL ROBERTO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (04660500820208130000).

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 121, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal. Em sentença de pronúncia, o juízo negou ao paciente o direito de recorrer em liberdade.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a segregação processual do paciente, despida de fundamentação idônea, não preenche os requisitos autorizadores da prisão, nos moldes dos arts. 312 e 313 do CPP.

Sustenta, ainda, a necessidade de se substituir a prisão preventiva do paciente pela domiciliar, em razão do atual cenário pandêmico.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, ou ainda, subsidiariamente, a substituição pela prisão domiciliar.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Já em relação à substituição da prisão preventiva pela domiciliar, em razão da pandemia do vírus da covid-19, o pedido não foi apreciado no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.  
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente